



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 11080.730023/2016-91

**Recurso nº** Voluntário

**Resolução nº** 3302-000.917 – 3<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária

**Data** 23 de outubro de 2018

**Assunto** Sobrestamento

**Recorrente** FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA

**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em sobrestrar o presente julgamento na Terceira Câmara (DIPRO/COJUL) para que se junte a decisão definitiva a ser exarada no processo nº 13819.904877/2012-41.

(assinado digitalmente)

Paulo Guilherme Déroulède - Presidente e Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Paulo Guilherme Déroulède (Presidente), Gilson Macedo Rosenburg Filho, Walker Araujo, Corintho Oliveira Machado, Jose Renato Pereira de Deus, Jorge Lima Abud, Diego Weis Junior, Raphael Madeira Abad.

### **Relatório**

Trata o presente de Notificação de Lançamento Eletrônica para constituição de crédito tributário de multa isolada no percentual de 50% aplicada em decorrência de compensações não-homologadas no processo nº 13819.904877/2012-41, com fulcro no §17 do artigo 74 da Lei nº 9.430/1996, conforme e-fls. 2.

Em impugnação, a recorrente aduziu que:

1. A impossibilidade de *bis in idem*, uma vez que sobre os débitos não compensados foi aplicada a multa de mora de 20%;

2. Falta de tipicidade, por ser a conduta típica o pedido de restituição de crédito indevido ou indefrido e, uma vez revogada a multa sobre o pedido de ressarcimento, estaria a multa sobre a declaração de compensação também revogada;

3. Falta de razoabilidade e proporcionalidade, uma vez que a multa aplicada visava coibir condutas dolosas e não penalizar contribuintes de boa-fé, representando forma de coibir os pedidos de compensação, em afronta ao artigo 74 da Lei nº 9.430/1996 e artigo 170 do CTN;

4. A multa aplicada viola os direitos e garantias individuais;

5. Subsidiariamente, requer a suspensão do julgamento até a decisão definitiva no processo nº 13819.904877/2012-41.

A Segunda Turma da DRJ em Ribeirão Preto proferiu o Acórdão nº 14-65.604, cuja ementa transcreve-se abaixo:

*ASSUNTO: OUTROS TRIBUTOS OU CONTRIBUIÇÕES Data do fato gerador: 20/10/2011 MULTA DE MORA E MULTA ISOLADA PELA NÃO HOMOLOGAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. COBRANÇA CONCOMITANTE. DUPLA SANÇÃO SOBRE MESMA INFRAÇÃO. INOCORRÊNCIA.*

*A cobrança de multa isolada prevista no § 17, do art. 74, da Lei nº 9.430/96, que decorre da não homologação de compensação, concomitantemente com a de multa de mora sobre o débito indevidamente compensado, que decorre da impontualidade do pagamento, não importa em dupla sanção sobre a mesma infração.*

*MULTA ISOLADA DO § 17, DO ART. 74, DA LEI Nº 9.430/96. FATO GERADOR.*

*O fato gerador da multa isolada prevista no § 17, do art. 74, da Lei nº 9.430/96, tanto na redação original do dispositivo incluído pela Lei nº 12.249/2010 quanto naquela conferida pela Lei nº 13.097/2013, é, de modo autônomo, a não-homologação da compensação, sem subsidiariedade em relação à multa pelo indeferimento de pedido de ressarcimento.*

*ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL*

*Data do fato gerador: 20/10/2011*

*DECRETO. FUNDAMENTO DE INCONSTITUCIONALIDADE. AFASTAMENTO DA APLICAÇÃO OU INOBSErvâNCIA PELOS ÓRGÃOS DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO. VEDAÇÃO.*

*Aos órgãos de julgamento administrativo é vedado, ressalvadas exceções não configuradas nos autos, afastar, sob fundamento de inconstitucionalidade, a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto.*

*Impugnação Improcedente*

*Crédito Tributário Mantido*

Inconformada, a recorrente interpôs recurso voluntário, reiterando as alegações deduzidas em impugnação.

Na forma regimental, o processo foi distribuído a este relator.

É o relatório.

### **Voto**

Conselheiro Paulo Guilherme Déroulède, Relator.

O recurso atende aos pressupostos de admissibilidade e dele tomo conhecimento.

Conforme exposto no relatório, a Notificação de Lançamento Eletrônica de multa isolada decorreu da não homologação das compensações efetuadas no processo nº 13819.904877/2012-41, nos termos do inciso II do artigo 6º do Anexo II do RICARF:

*Art. 6º Os processos vinculados poderão ser distribuídos e julgados observando-se a seguinte disciplina:*

*§1º Os processos podem ser vinculados por:*

*I - conexão, constatada entre processos que tratam de exigência de crédito tributário ou pedido do contribuinte fundamentados em fato idêntico, incluindo aqueles formalizados em face de diferentes sujeitos passivos;*

*II - decorrência, constatada a partir de processos formalizados em razão de procedimento fiscal anterior ou de atos do sujeito passivo acerca de direito creditório ou de benefício fiscal, ainda que veiculem outras matérias autônomas; e*

*III - reflexo, constatado entre processos formalizados em um mesmo procedimento fiscal, com base nos mesmos elementos de prova, mas referentes a tributos distintos.*

[...]

Em consulta ao site do Carf (<https://carf.fazenda.gov.br/sincon/public/pages/ConsultarInformacoesProcessuais/exibirProcesso.jsf>), na data de 15/10/2018, verifica-se que o processo nº 13819.904877/2012-41 ainda não possui decisão definitiva, estando em fase de ciência do despacho de admissibilidade de embargos de declaração opostos em face do Acórdão nº 3301-004.698 que negou provimento ao recurso voluntário, conforme extrato abaixo:

| Andamentos do Processo |   |        |
|------------------------|---|--------|
| Data                   | Ocorrência  | Anexos |
| 09/10/2018             | RECEBER - ORIGEM CARF - TRIAGEMExpedido para: . TRIAG-SRRF08-SPO-SPSECOJ/SECEX/CARF/MF/DF |        |
| 09/10/2018             | EXPEDIR PROCESSO / DOSSIÊDIPRO-COJUL-CARF-MF-DF   |        |
| 19/09/2018             | ANALISAR EMBARGO DE DECLARAÇÃOOPRESI-1ª TO-3ªCÂMARA-3ªSEÇÃO-CARF-MF-DF                    |        |
| 18/09/2018             | ENTRADA NO CARFTipo de Recurso: RECURSO VOLUNTARIOData de                                 |        |

| <b>Andamentos do Processo</b> |   |   |
|-------------------------------|---|---|
| Data                          | Ocorrência  | Anexos  |
| 28/06/2018                    | Entrada: 18/09/2018 Unidade: SERET-CEGAP-CARF-MF-DF<br><br>DECISÃO PUBLICADA<br>Decisão: Acórdão<br>Número Decisão: 3301-004.698<br>Texto da Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos. Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário. Winderley Morais Pereira - Presidente (assinado digitalmente) Marcelo Costa Marques d'Oliveira - Relator (assinado digitalmente) Participaram do presente julgamento os conselheiros: Liziane Angelotti Meira, Marcelo Costa Marques d'Oliveira, Antonio Carlos da Costa Cavalcanti Filho, Rodolfo Tsuboi (Suplente convocado), Ari Vendramini, Semiramis de Oliveira Duro, Valcir Gassen e Winderley Morais Pereira (Presidente). |  |

Deflui-se que o deslinde deste processo depende da decisão definitiva a ser proferida no processo principal, devendo, nos termos do artigo 12<sup>1</sup> da Portaria CARF nº 34/2015, o presente julgamento aguardar a decisão administrativa definitiva a ser ali proferida.

Diante do exposto, voto no sentido de sobrestrar o presente julgamento na Terceira Câmara (DIPRO/COJUL) para que se junte a decisão definitiva a ser exarada no processo nº 13819.904877/2012-41.

(assinado digitalmente)

Paulo Guilherme Déroulède

<sup>1</sup> Art. 12. O processo sobreestado ficará aguardando condição de retorno a julgamento na Secam. Parágrafo único. O processo será sobreestado quando depender de decisão de outro processo no âmbito do CARF ou quando o motivo do sobreamento não depender de providência da autoridade preparadora.